

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-Graduação em
História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Langer, Protasio Paulo

CONHECIMENTO E ENCOBRIMENTO: O DISCURSO HISTORIOGRÁFICO SOBRE A
COLONIZAÇÃO EUROBRASILEIRA E AS ALTERIDADES ÉTNICAS NO SUDOESTE PARANAENSE

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.

11, núm. 3, 2007, pp. 71-93

Universidade Estadual de Maringá

Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526869006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

**CONHECIMENTO E ENCOBRIMENTO:
O DISCURSO HISTORIOGRÁFICO SOBRE A
COLONIZAÇÃO EUROBRASILEIRA E AS ALTERIDADES
ÉTNICAS NO SUDOESTE PARANAENSE***

*Protasio Paulo Langer***

Resumo. O presente artigo propõe uma análise do discurso historiográfico sobre as etnias nativas que, nas décadas de 40 e 50 do século XX, se defrontaram com o fluxo de colonização sulista no Sudoeste do Paraná. Analisaremos, portanto, os clichês e os postulados que permeiam o conhecimento acadêmico e corroboram o ocultamento e a depreciação de grupos indígenas e de caboclos envolvidos nas intensas transformações instauradas pela expansão do espaço colonial movido por famílias eurobrasileiras procedentes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Palavras chave: Sudoeste do Paraná; historiografia; indígenas; encobrimento.

**KNOWLEDGE AND CONCEALMENT: THE
HISTORIOGRAPHICAL DISCOURSE ON EURO-
BRAZILIAN COLONIZATION AND ETHNIC
OTHERNESS IN SOUTHWEST PARANÁ (BRAZIL).**

Abstract. The present article proposes an analysis of the historiographical speech on the native people who, during the 1940s and 1950s, were confronted by the flow of southern colonization, in southwestern Paraná. We will analyze, therefore, the clichés and the postulates that permeate academic knowledge and are corroborated by the hiding and depreciation of the indigenous groups and caboclos involved in the intense transformations caused by the expansion in colonial space by incoming Euro-Brazilian families from the states of Rio Grande do Sul and Santa Catarina.

Keywords Southwestern Paraná; historiography; indigenous. concealment.

* Artigo recebido em 24/4/2007 e aprovado em 31/10/2007.

** Professor de História da América na Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

**CONOCIMIENTO Y ENCUBRIMIENTO:
EL DISCURSO HISTORIOGRÁFICO SOBRE LA
COLONIZACIÓN EUROBRASILEÑA Y LAS
ALTERIDADES ÉTNICAS EN EL SUROESTE
PARANAENSE**

Resumen. El presente artículo propone un análisis del discurso historiográfico sobre las etnias nativas del Suroeste del Estado de Paraná que, en las décadas de 1940 y 1950, se depararon con el flujo de colonización oriunda del Sur del Brasil. Por lo tanto, analizaremos los postulados e ideas perogrulladas que envuelven el conocimiento académico y que corroboran el ocultamiento y el desprecio de grupos indígenas y de caboclos, involucrados en las intensas transformaciones ocurridas con la expansión del espacio colonial, promovida por familias euro-brasileñas, oriundas de Río Grande do Sul y de Santa Catarina.

Palabras clave: Suroeste del Paraná; historiografía; indígenas; encubrimiento.

No Sudoeste do Paraná¹ há uma considerável produção de conhecimento acadêmico sobre a formação histórica, ou seja, sobre a constituição cultural a organização social e as atividades econômicas e suas conexões com outras regiões do Paraná e do Brasil. A partir da década de 1980, no âmbito das Ciências Humanas surgem pesquisas apresentadas em forma de artigos, dissertações e teses. Alguns desses trabalhos foram publicados com vistas ao público em geral, na forma de livros paradidáticos, outros para leitores mais especializados. Há ainda produções que permaneceram inéditas e apenas podem ser consultadas nas bibliotecas das universidades que dispõem de uma cópia mimeografada.

A temática mais intensamente abordada gira em torno da agricultura familiar e dos conflitos fundiários envolvendo colonos descendentes de europeus, oriundos de Santa Catarina e Rio Grande do

¹ A ocupação brasileira do Sudoeste do Paraná, no século XIX e XX, moldou-se, economicamente, em torno de duas paisagens geográficas distintas: os campos de Palmas até Clevelândia, em que predominavam pastagens naturais, foram ocupados por fazendeiros procedentes de Guarapuava a partir de 1840. A região que abrange Pato Branco, Francisco Beltrão e adjacências, até a fronteira com a Argentina onde predominava a floresta ombrófila mista, abundante em araucárias e erva-mate, prestou-se mais a atividades de extrativismo da erva-mate, suinocultura extensiva e, a partir da década de 1940, à agricultura familiar.

Sul, de um lado, e companhias de colonização que se declaravam proprietárias de vastas áreas de terras públicas, de outro. Nesses estudos os grupos indígenas do Sudoeste do Paraná são tratados ora subliminarmente, por estabelecerem alguma relação com outros temas, ora como personagens históricos de tempos distantes em que são apresentados simultaneamente como heróis e vítimas.

O presente trabalho propõe algumas considerações em torno das abordagens sobre a ocupação territorial e a formação social da região no intuito de identificar e questionar axiomas, pressupostos e clichês cristalizados na epistemologia que, embora heterogênea quanto à consistência teórica e argumentativa, estampa um perfil eurocêntrico e colonizador. Nas entrelinhas dos discursos acadêmicos é possível visualizar uma ambigüidade mal-resolvida; isto é, por um lado a presença indígena é negada, depreciada e minimizada e, por outro, impossível de ser ocultada. É como se colocássemos porta afora um ser indesejado que, ao invés de desaparecer, insistisse em rondar sua ex-casa e marcar sua presença incômoda nos alpendres e interstícios donde não o conseguimos desalojar. Com essa metáfora se pretende assinalar que a História escrita pelo prisma do colonizador não conseguirá se desvencilhar das alteridades que o antecederam, muito embora queira escamoteá-las. No desenrolar do presente trabalho buscaremos observar como os textos sobre o Sudoeste do Paraná retratam as populações indígenas e/ou caboclas dessa região. Portanto, só analisaremos autores que se ocupam com o tema da formação étnica e histórica na referida região.

1 UFANISMO E MISTIÇAGEM: EUROCENTRISMO E DILUIÇÃO DA INDIANIDADE

Certamente valeria a pena acompanhar a fundação e a trajetória do discurso eurocêntrico e colonizador que se alojou no âmago das Ciências Humanas e Sociais para entender como determinados preconceitos se reproduzem e perpetuam ainda quando identificados e criticados. Entretanto, nosso texto não visa cumprir essa tarefa no seu sentido amplo; apenas busca identificar e caracterizar, na produção acadêmica das duas últimas décadas, a persistência de postulados e preconceitos que diminuem ou encobrem o drama da negação da

ancestralidade da ocupação indígena em face do avanço da ocupação eurobrasileira², a partir de 1940.

Uma das formas de encobrimento é o discurso que caracterizamos como épico e ufanista. Tal gênero se manifesta em diversos lugares e períodos, e sua marca registrada é o esforço de louvar o esplendor, a grandeza e os heróis da pátria (país, estado, província, município), glorificar e legitimar os supostos grandes feitos dos governos vigentes, além de infundir anseios nacionalistas na consciência dos grupos sociais³. Nos discursos que analisaremos, a temática indígena aparece subordinada a esses valores.

Parte significativa da produção literária sobre a história do Paraná – trabalhos acadêmicos, didáticos e paradidáticos – continua sendo urdida sobre essa trama ideológica. Os indígenas são contemplados por essa historiografia ora como vítimas que sucumbiram e se extinguíram devido à colonização luso-brasileira, outrora como heróis do Paraná e do Brasil. A obra, de caráter paradidático, de Hermógenes Lazier (2003), intitulada *Paraná: terra de todas as gentes e de muitas histórias*, é certamente uma das mais elucidativas enquanto modelo de abordagem da indianidade no Paraná atual e histórico. Pelo que se lê na breve biografia na orelha do seu mais recente livro, desde 1950 Hermógenes Lazier dedica sua vida à política, ao ensino e à pesquisa de história centrada sobre a Região Sudoeste do Paraná. Publicou diversos títulos sobre a história do Sudoeste e ocupou diversos cargos político-administrativos, tanto em prefeituras quanto em

² A colonização italiana e alemã, no Sul do Brasil, constituía um elemento importante do projeto geopolítico do governo imperial brasileiro, que pretendia povoar as terras de mata, tidas por devolutas. Além do mais, a política de imigração deveria substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre e, simultaneamente, branquear o panorama étnico do Brasil. Esses colonos europeus tornavam-se proprietários de uma área de terra designada colônia. Com o crescimento demográfico dessas famílias ocorreu um sistemático avanço sobre as terras florestadas e seus tradicionais ocupantes; índios e caboclos.

Os colonos que povoaram o Sudoeste do Paraná eram constituídos, predominantemente, pela 2ª ou 3ª geração de descendentes de imigrantes europeus. Para Valdir Gregori, “os eurobrasileiros puderam constituir uma sociedade colonial na qual a herança cultural, no seu sentido amplo, européia mesclou-se com a realidade encontrada [...]. Ele, enquanto europeu, é portador de medievalidade européia, mas contaminada pelas transformações dos tempos modernos. Enquanto colono brasileiro é o homem camponês, colono, agente direto da colonização” (GREGORI, 2002; p. 53).

³ A obra, *Porque me ufano do meu país*, do Conde Afonso Celso de 1900, é referencial desse gênero de literatura.

instituições de ensino, entre estas últimas, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, onde ocupou o cargo de pró-reitor de extensão.

Hermógenes revela-se um profundo admirador e interessado em dar continuidade ao paradigma literário de Romário Martins, que foi jornalista, escritor e fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná na primeira metade do século XX. Nas pegadas de R. Martins, Lazier retoma uma polêmica discussão sobre o heroísmo do cacique Guairacá, que, na concepção de ambos, é herói paranaense e brasileiro, por haver defendido o Guairá da ocupação hispânica. Para (re)citarmos diversos autores estudados por Martins, esse cacique, do século XVI, recebe atributos épicos que o igualam a grandes generais de exércitos e a imperadores indígenas andinos e mesoamericanos. Para isso, Hermógenes apresenta um repertório de adjetivos que soam como títulos honoríficos para honrar o cacique do Guairá quinhentista:

‘grande general guairenho’; ‘heróico guerreiro guarani’; ‘terror para os espanhóis’; ‘cacique famosíssimo’; ‘leão que domina o deserto’; ‘o lobo dos campos e das águas’; ‘é o Atualpa, não vencido, do território de Guairá’; ‘é o Caupolican, cujos músculos são fibras de aço e cujo gênio guerreiro a história atesta’; ‘Cuauhtémoc indomável que defende o planalto das incursões estranhas’ (LAZIER, 2003, p. 28-32; e LAZIER, 2006).

Ao corroborar essa adjetivação e ao tomá-la como fundamento para defender o heroísmo do cacique Guairacá, o autor se filia a uma tradição historiográfica de caráter ufanista e heroizante que, por volta da década de 1940, pleiteava visibilidade e brasilidade aos heróis paranaenses e dessa forma, uma identidade ao próprio estado⁴. Nessa perspectiva a resistência indígena acaba envolta numa trama de valores típicos daquele período, em que sobressai o patriotismo, heroísmo,

⁴ O debate sobre o patriotismo e brasilidade de caciques indígenas que enfrentaram tropas ibéricas, no período colonial, também foi travado no Rio Grande do Sul em torno da legendária figura de Sepé Tiaraju. Por volta de 1950 uma longa polêmica dividiu a intelectualidade sul-rio-grandense sobre a pertinência ou não de se homenagear esse cacique identificado, por alguns, com o domínio missionário castelhano no Prata. Nesse sentido, ele não poderia constar na galeria dos heróis brasileiros. Outros o identificaram como o mais nobre dos gaúchos por defender sua terra natal (GUTFREIND, 1998).

paranismo⁵, em suma, o nacionalismo. Essa trama de valores político-ideológicos que confere heroísmo a um determinado cacique, sem dúvida, encobre a resistência étnica à intrusão colonialista ibérica no universo sociocultural guarani.

A grandiloquência em torno da luta anti-hispânica ornada de supostos paradigmas guerreiros, fragmentados e descontextualizados; o destaque da resistência do “grande cacique” em detrimento do anticolonialismo inerente às sociedades indígenas e, finalmente, o imaginário eurocêntrico que supervaloriza os indivíduos poderosos (heróis, generais e imperadores) acabam por denegar os valores e a atuação coletiva dos povos indígenas tanto no passado colonial quanto no presente neocolonial. Em suma, esse gênero historiográfico trata da oposição indígena ao colonialismo do mesmo modo como era tratado pelas potências ibéricas, qual seja: uma guerra entre impérios em que os caciques são apresentados como poderosos generais, ou mesmo imperadores. Essa perspectiva não procede quando aplicada a lideranças políticas de sociedades sem Estado (e de acordo com Pierre Clastres, *Sociedades contra o Estado*) como é caso do guarani colonial.

Outro assunto embaraçoso tratado por Lazier é o impacto da conquista ibérica sobre os grupos indígenas. Os resultados desse impacto por vezes são estimados positivamente, quando, por exemplo, sua noção de conquista erótica assemelha o Paraná ao restante do Brasil produzindo, também aí, um cadinho racial. No excerto a seguir, por exemplo, Lazier comenta uma declaração de um fidalgo navegador português: “Convém refletir sobre o que escreveu Pero Lopes de Souza: ‘as mulheres são muito formosas, que não fazem inveja as da rua nova em Lisboa’” (LAZIER, 2003, p. 49). Na sequência o autor ornamenta as índias com adjetivos idílicos que as tornam irresistíveis ao conquistador: “As índias com sua nudez, pureza, beleza, simplicidade e formosura levaram, portanto a outro tipo de conquista, a conquista erótica, que contribuiu para a miscigenação, caboclicização, acrioulamento,

⁵ O teor ufanista e nacionalista pode ser apreciado nesse conceito de paranismo. Segundo Romário Martins, (re)citado por Lazier, paranismo significa: “pretendemos que o ‘paranismo’ seja a fé constante de nossas realizações, a confiança no nosso futuro, a ufanía do nosso passado, o dinamismo da nossa vitalidade, o heroísmo pacífico do nosso trabalho, a confraternização dos nossos elementos sociais de todas as origens, para a formação desse espírito de brasilidade que nos há de salvar de nós mesmos” (MARTINS apud LAZIER, 2003, p. 165).

característica do povo brasileiro e também do povo paranaense” (LAZIER, 2003, p. 49).

É emblemático que, para introduzir a reflexão sobre a conquista erótica, o autor principie pelo deslumbramento de um conquistador/descobridor. É o depoimento de Pero Lopes que garante a beleza e sensualidade da mulher indígena. Para essa atitude consideramos pertinente a explicação de Orlandi: “Procuramos nos conhecer conhecendo como a Europa conhece o Brasil. E no discurso das descobertas não encontramos senão modos de tomar posse” (ORLANDI, 1990, p. 19). Todavia, na reflexão que Lazier propõe, a conquista erótica foi um tributo à beleza da mulher indígena, que resultou num envolvimento erótico irresistível que naturalmente selou o destino mestiço da nação brasileira. Não houve violência nem preconceito racial, afinal as índias eram tão formosas quanto as portuguesas e assim conquistaram os ibéricos.

Roberto Gambini, um psicanalista que analisou as cartas dos primeiros jesuítas do Brasil à luz da Psicanálise Junguiana, considera que a conquista erótica não foi um fenômeno assim tão romântico. Para ele, a mulher indígena é vista pelos europeus sob dois aspectos:

Esse duplo aspecto da mulher indígena como ameaça maligna e novidade fascinante pode ser percebido em certas gravuras que ilustram os relatos de Américo Vespúcio em 1501. Uma delas mostra um incidente ocorrido com um de seus marinheiros: estando a nau ancorada a pequena distância da costa brasileira dois homens foram enviados à praia para conversar com os nativos. Nunca retornaram. Alguns dias depois um grande número de mulheres apareceu na praia e outro marinheiro foi despachado para tentar seduzi-las. Enquanto algumas o tocavam e admiravam, outra veio por trás, abateu-o com um porrete e todas o devoravam. É impossível comprovar se essa história é verdadeira ou não, mas no plano simbólico ela faz muito sentido: a atração erótica continha um perigo fatal, e por essa razão as mulheres, para serem desfrutadas, deviam ser escravizadas (GAMBINI, 2000, p. 141).

Mary Del Priore afirma que o estupro da América, terra e fêmea, bela e perigosa, é um paradigma da história e das relações sociais e de gênero em tempos de conquista (DEL PRIORE, 1992). Creio que seria oportuno empreender uma pesquisa profunda sobre alguns aspectos da conquista erótica no próprio Sudoeste do Paraná. Provavelmente

perceberíamos que a população com algum grau de ascendência indígena não descende de homens que se tenham encantado com a formosura das índias.

Como docente da Unioeste, Campus de Francisco Beltrão, chamou-nos atenção o significativo número de alunos(as) que, ao sondarem a história de suas famílias, descobriam que tinham um antepassado indígena. Ao fazer um levantamento nas turmas do curso de pedagogia, matutino e noturno, percebemos que de aproximadamente 320 alunos(as) daquele curso, 56 afirmavam ter algum avô(ó) indígena. Na sequência, a partir de entrevistas aplicadas aos alunos(as) do curso de Pedagogia, transcrevemos os prelúdios das uniões interétnicas de seis antepassados dos(as) entrevistados(as):

- 1) “Ela foi pega a ‘laço’, foi roubada para se casar, após se casar aprendeu o português [...]”;
- 2) “Segundo minha mãe, meu bisavô pegou ela a laço no mato e trouxe para casa, essa faleceu cedo não conheceu os netos [...]”;
- 3) “[...] entrevistei a minha mãe, segundo ela minha bisavó foi pega a cachorro no mato”;
- 4) “A minha bisavó era bugre e foi pega no mato a cachorro”;
- 5) “Meu pai falou que minha avó foi achada no mato pelo meu avô”;
- 6) “Segundo ele (pai da entrevistada), estes (os avós da entrevistada) foram ‘pegados [sic] a cachorro’”⁶.

A grande maioria das entrevistadas não soube descrever as circunstâncias históricas em que suas avoengas foram integradas às famílias eurobrasileiras; todavia, partindo das pessoas entrevistadas que souberam alguns detalhes, por terem ouvido falar dos pais, evidencia-se que no Sudoeste do Paraná, como no restante da América, essa conquista erótica também teve requintes de crueldade. Nesse sentido a obra de Silvio Coelho dos Santos é uma denúncia contundente da conquista

⁶ Por questões de ética não revelaremos o nome dos (as) entrevistados (as). Vale ressaltar que os seis depoimentos acima estão relacionados às atividades de docência no curso de pedagogia na UNIOESTE (Francisco Beltrão) e os dados foram obtidos no segundo semestre de 2006. Dos trabalhos sobre a história da família dos(a) alunos(a), de um total de 56 que ouviram dizer que possuem algum ancestral indígena, ou bugre (designação ainda hoje muito presente no cotidiano e nas escolas) apenas os seis depoimentos acima circunstanciaram minimamente como ocorreu a união interétnica dos antepassados. A maioria absoluta não soube onde, como e quando isso acontece; apenas ouviram dizer.

empreendida pelos imigrantes eurodescendentes sobre os Kaingang e Xokleng de Santa Catarina. Aplicando ao Paraná as conclusões de Coelho dos Santos diríamos que os **bugreiros** – tropas de civis que se especializaram na guerra de desinfestação do índio das terras ambicionadas por colonos alemães e italianos e seus descendentes – devem ter conquistado significativa parcela de índias cujos filhos(as) e netos(as) vieram a povoar o Sudoeste do Paraná.

Considerando-se a origem catarinense de grande parte da população sudoestina, os relatos de bugreiros, obtidos por Silvio Coelho dos Santos, possivelmente complementam os fragmentos que ainda restam na memória das gerações atuais. Baseado no relato de um bugreiro, Coelho dos Santos escreve: “Uma vez durante um ataque uma meninota de mais ou menos 14 anos tentava fugir. Aí ele (o bugreiro) a alcançou, agarrando-a pelos cabelos e desceu-lhe o facão. Este penetrou pelos ombros, descendo até o estômago, cortando que nem bananeira” (SANTOS, 1978, p. 31).

Para que o pagamento dos bugreiros correspondesse aos serviços prestados, a Companhia Colonizadora exigia, como provas concretas, as “orelhas dos bugres mortos” (SANTOS, 1978, p. 31). Ainda a partir de relatos dos próprios bugreiros Coelho dos Santos registrou a seguinte fala:

“O assalto foi executado no dia seguinte, ao romper do dia. O pavor e a consternação produzidos pelo assalto foi tal que os bugres nem pensavam em defender-se, a única coisa que fizeram foi procurar abrigar com o próprio corpo, a vida das mulheres e crianças [...]” (SANTOS, 1978, p. 31).

Consideramos que seria de grande valor o aprofundamento de pesquisas articulando a ação dos bugreiros de Santa Catarina aos povoadores do Sudoeste do Paraná. Os relatos coletados indiciam uma relação entre o genocídio dos Kaingang e dos Xokleng com significativa parcela da população do Sudoeste do Paraná. De qualquer forma, na obra de Lazier a “conquista erótica” não é problematizada, pois aparece como um fenômeno natural, inevitável e sem dramaticidade.

Nessa mesma perspectiva, para glorificar a miscigenação Lazier afirma que não existem autóctones⁷ no Paraná, pois todos, inclusive os indígenas, são imigrantes como outros tantos. Ao propor uma explicação para as identidades culturais que formaram a população paranaense, o autor mescla famílias lingüísticas com nacionalidades e populações regionais. Segundo o autor, o Paraná seria formado por famílias lingüísticas Jê e Tupi-Gurani, espanhóis e portugueses, africanos, europeus, asiáticos, migrantes de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e nordestinos. “Em verdade o Paraná é a terra de todas as gentes. Tornou-se uma região multicultural e multiracial, uma mistura de sangue e cultura, talvez única no mundo pela sua diversidade. Essa é uma das suas particularidades, e talvez sua identidade” (LAZIER, 2003, p. 89). Nesse sentido, ser índio é estar diluído, é ser invisível, é não ter identidade. “Com a miscigenação o índio tornou-se parte desse caldeirão de raças e cultura que é o Paraná hoje” (LAZIER, 2003, p. 47). Uma abordagem com esse teor não suscita crise à consciência do conquistador. Aliás, seguindo esse raciocínio, não existem conquistadores, conquistados, nativos, nem intrusos, pois são todos imigrantes que se misturaram de tal maneira que tornaram o Paraná um lugar especial.

Em meio a essas idéias aparece, isolada e contraditoriamente, uma outra perspectiva, segundo a qual os índios são as grandes vítimas. “A grande verdade é que os europeus, através da superioridade bélica, brutalidade, escravidão e até do erotismo destruíram a cultura e a civilização indígena” (LAZIER, 2003, p. 49). Diante dessa mudança de rumo na abordagem de Lazier cabe indagar sobre o sentido dessa crítica se todos se misturaram com todos e se essa amálgama é o signo da brasilidade.

A questão do recente crescimento demográfico das reservas indígenas no Paraná foi abordada pelo autor logo após **a grande verdade**. Segundo ele, a explicação para o revigoração demográfico indígena está na constituição brasileira, na constituição do Estado do Paraná, no Poder Público e nas “organizações comunitárias”; essas o autor não especifica (LAZIER, 2003, p. 49). As modalidades de luta e

⁷ De acordo com o dicionário Houaiss autóctone significa: que ou quem é natural do país ou da região em que habita e descende das raças que ali sempre viveram; aborígene, indígena.

resistência indígena por uma territorialidade⁸ própria não foram mencionadas. As comunidades e suas respectivas lideranças não aparecem como protagonistas do revigoramento demográfico indígena das últimas décadas.

2 “VAZIO DEMOGRÁFICO” OU OCULTAMENTO DA INDIANIDADE

Uma considerável produção acadêmica, que passaremos a analisar, voltada a um público mais estrito, parte da premissa de que o Sudoeste do Paraná era praticamente despovoado até por volta de 1930. Em sua dissertação de mestrado, intitulada *Análise histórica da posse da terra no Sudoeste do Paraná*, ao falar do início do povoamento, Lazier se ocupa com o surgimento dos povoados (Clevelândia, Pato Branco, Barracão, Sto. Antônio etc.) como se povoamento e povoados fossem sinônimos. “Afora esses povoados, existiam alguns moradores dispersos, inclusive fugitivos da justiça” (LAZIER, 1998, p. 30-31). Os indígenas apenas são mencionados, mas não abordados, porque no fundo nunca lhes é conferido o *status* de povoadores.

A região do Sudoeste do Paraná vem sendo povoada ‘desde fins do século passado. Aliás, era povoada pelos pré-colombianos, antes de 1500’. Muitos castelhanos vieram à região em busca da erva-mate. O mesmo aconteceu com paranaenses, principalmente de Palmas, que se dirigiam àquela área para extrair erva-mate, e também para a criação de suínos. Na região, inclusive, localizavam-se foragidos da justiça. [...] Pode-se se dizer que o povoamento efetivo ocorreu a partir de 1943, com a criação da CANGO. (LAZIER, 1998, p. 38).

Esse discurso parte do pressuposto de que o povoamento dos “pré-colombianos” não era efetivo. De acordo com o dicionário eletrônico Houaiss, efetivo significa: “capaz de produzir um efeito real; que realmente atinge o seu objetivo; plenamente aceitável; satisfatório, bom; cuja realidade pode ser verificada; real, incontestável; que realmente se exerce; que realmente se cumpriu ou produziu; positivo, bem-

⁸ Nossa noção de territorialidade baseia-se na obra *Antropologia del territorio* de José Luiz García. Para o autor o território indígena é um território semantizado socialmente e culturalmente, pois tudo o que cerca o homem é dotado de significados. “O estudo da territorialidade se converte assim em uma análise da atividade humana no que diz respeito à semantização do espaço teritorial” (GARCIA apud HAESBAERT, 2004, p. 70).

sucedido”. Nessa lógica, as formas de povoamento indígena e cabocla anteriores à Colônia Agrícola Nacional General Ozório – Cango –, eram insatisfatórias, mal-sucedidas, etc. etc.

Entre os estudiosos que tratam da formação histórica do Sudoeste do Paraná, Ruy Christovam Waschowics (1939-2000) ocupa um lugar ímpar. Descendente de imigrantes poloneses, nascido no Paraná, Waschowics dedicou-se, desde a década de 1960, a pesquisas sobre a História do Paraná, abrangendo diversos períodos (colonial, imperial e contemporâneo), regiões e temas entre os quais destacamos a imigração polonesa e a ocupação e colonização do Oeste e Sudoeste paranaense. Graduado em Geografia e História pela Universidade Federal do Paraná, tornou-se professor da mesma instituição na década de 70. Em meados dos anos 90 passou a fazer parte da Academia Paranaense de Letras, onde atuou como coordenador da revista.

Na obra de Wachowics os índios que merecem figurar nos anais da história oficial situam-se no período colonial, quando um grupo Kaingang protagonizou intensa resistência à ocupação dos campos de Guarapuava e Palmas enquanto outro se aliou aos adventícios luso-brasileiros, que aí se estabeleceram. Em sua obra *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização* o indígena tem papel de destaque nos séculos XVIII e XIX. No século XX, segundo o autor, ele já se encontrava extinto ou diluído: “Os milhares de índios que habitavam o Paraná foram, em sua maior parte eliminados definitivamente ou incorporados à sociedade, pela miscigenação” (WACHOWICZ, 1995, p. 8).

Essa visão possibilitou que o autor se desembaraçasse da sua presença, já que: “No início do século XX, o sudoeste paranaense, de Mariópolis até a fronteira argentina, continuava a ser um imenso vazio demográfico” (WACHOWICZ, 1987 p. 55). Lúcio Tadeu Mota revela que clichês como “vazio demográfico, terra de ninguém, mata virgem, terras devolutas” são construções ideológicas amplamente manipuladas por diversas instituições científicas e culturais para encobrir a população indígena no Norte do Paraná (MOTA, 1994, p. 7-59). Tais clichês também abundam na produção científica sobre o Sudoeste do Paraná.

A obra de Ruy Wachowics representa uma contribuição historiográfica singular para o estudo das disputas políticas, do modo de vida dos caboclos e do seu comportamento em relação aos colonos sulistas na referida região. Sobre a presença indígena, no século XX, todavia, nada se pode esperar. Nalguns momentos, permeando o debate

de temas outros, Wachowics até permite supor que havia uma significativa população indígena na 1ª metade do século XX; porém, ao reproduzir acriticamente a alcunha de “bugres”, há muito aplicada pelos colonizadores para depreciar e deslegitimar os grupos indígenas remanescentes, o autor acaba também menosprezando a presença destes. É o que acontece nesta passagem sobre a produção de suínos:

O porco açado com algumas dezenas de quilos era vendido para o safrista. Começava então a segunda etapa da criação e comercialização do suíno. O porco açado era produzido pelas camadas mais pobres da região, ‘inclusive pelos bugres que eram relativamente numerosos no sudoeste’ (WACHOWICZ, 1987, p. 74-75).

Na seqüência do texto não é possível saber se essa população “relativamente numerosa” era a dos índios. Da mesma forma, nada se sabe do cenário de confrontos interétnicos, da relação desses “bugres” com os colonos recém-chegados; do seu modo de vida e suas formas de se relacionar com os caboclos. Percebe-se que, embora o autor os conceba como “eliminados e definitivamente incorporados à sociedade pela miscigenação”, seus “espectros” reaparecem rondando as margens de outras temáticas, tais como a que segue sobre uma *posse* de terra. “Em Ampere, ‘um antigo caboclo recebeu uma posse dos índios’ que outrora estiveram ali estabelecidos, de graça. Mas, para agradá-los passou a dar-lhes frequentemente sal e munição para a caça” (WACHOWICZ, 1987, p. 70); e ponto final. Novamente o assunto ficou pairando no ar. Perguntas em torno da legitimidade e do significado dessa “dádiva indígena” para com o caboclo não foram propostas. Não há um debate sobre a concepção de terra (ou territorialidade) dos índios, tampouco uma reflexão sobre o sentido dessa doação e sobre outras formas de interação que se estabeleceram entre essas etnias.

No último capítulo da sua obra sobre o Sudoeste paranaense o autor apresenta um conjunto de mapas e gráficos elaborados a partir de dados cartoriais de registros de casamentos e nascimentos para discorrer sobre a “origem da população” sudoestina. Essa origem não contempla

⁹ De acordo com o dicionário eletrônico Houaiss (2000), a etimologia da palavra bugre remete ao período medieval e expressava o rancor religioso dos católicos romanos em relação aos búlgaros adeptos da Igreja Greco-Ortodoxa. O campo semântico que circunscreve esse signo compreende os seguintes significados: herético; sodomita, de inculto, selvático, não cristão.

identidades étnicas que constituíram o Sudoeste como, alemães, italianos, poloneses e seus descendentes já abasileirados, mas sim, os estados da federação donde proveio a população. A conclusão de Wachowics sobre a origem dos povoadores do sudoeste é que quase 100% da população é formada pelo “elemento gaúcho, catarinense e paranaense” (WACHOWICS, 1987, p. 230-241). Desse modo, a identidade étnica é encoberta por categorias político-administrativas que esvaziam o dilema do confronto ocorrido entre populações nativas e eurobrasileiros.

Além de Wachowics, diversos outros pesquisadores conseguem se desembaraçar desse debate propalando clichês que subsidiam discursos de caráter eurocêntrico manipulados por instituições educacionais, políticas e culturais para legitimar, enaltecer e homenagear os “desbravadores”, os “pioneiros”, enfim, os edificadores da sociedade sudoestina.

João Bosco Feres, numa extensa obra sobre conflitos agrários e a propriedade rural no Brasil, dedica o último capítulo ao Sudoeste paranaense. Em sua análise, mesmo silenciando os índios, transbordam preconceitos sobre estes. Ao não evocá-los Feres não lhes concede presença no panorama antropológico do Sudoeste paranaense. Todavia, o pensamento do autor sobre os indígenas pode ser apreendido a partir dos juízos emitidos sobre os caboclos, que são de teor similar. A colonização dos caboclos, por exemplo, é caracterizada como “ocupação sorrateira”¹⁰. O parágrafo que segue é paradigmático do tratamento conferido a essa população:

Esses migrantes, conhecidos mais tarde por caboclos, instalavam-se na mata, em ‘terras de ninguém’, dedicando-se à cultura florestal e à caça. ‘Atividades menos pesadas que a agricultura’ e suficientes para lhes garantir o necessário para a sobrevivência. ‘Vivem mal, moram mal, vestem-se mal, mas alimentam-se muito bem’, na expressão de Hermógenes Lazier’ (FERES, 1990, p. 494).

A explicação para a peculiaridade da colonização cabocla é que esse grupo não é afeito a trabalhos pesados como os colonos sulistas. É o mesmo argumento que justifica a apropriação de territórios indígenas

¹⁰ De acordo com o dicionário Houaiss (2000), **sorrateiro** significa: que faz as coisas escondido, pelas caladas; que esconde seus verdadeiros sentimentos, intenções etc.; matreiro, dissimulado, disfarçado.

pelo colonialismo ibérico, desde tempos remotos. O cultivo das potencialidades econômicas da floresta e sua significação cultural são interpretadas como incapacidade ou falta de vontade (talvez indolência) de trabalho duro, próprio dos “verdadeiros” colonos. Mais desconcertante que isso é a análise sobre a qualidade de vida dos caboclos, pois apenas quando se determina previamente que existe um padrão de habitação e vestimenta que deve valer para todos os povos, inclusive para índios e caboclos, a afirmação de Feres tem sentido. Nessa mesma linha é no mínimo incongruente afirmar que os caboclos “alimentam-se muito bem”, mas “vivem mal”.

A ausência de um olhar etnológico – a partir das categorias de pensamento e da lógica da etnia em questão – e a reprodução acrítica de discursos desconexos, clichês e preconceitos de caráter eurocêntrico tornam a obra de Ferez um véu que encobre os índios ou os inferioriza, por tabela, ao menosprezar a colonização cabocla. A desqualificação dessas etnias ocorre em dois sentidos: primeiro, pela depreciação do seu sistema socioeconômico; segundo, pela exaltação e glorificação dos colonos sulistas, que se tornaram hegemônicos no cenário social.

Essa louvação é construída sobre um paradoxo conceitual que há muito é criticado, todavia ainda opera como qualificador “étnico e social”. O referido paradoxo é atribuir ao colono sulista o epíteto de “pioneiro”¹¹. Feres denomina a intensa ocupação da região, a partir da década de 1940, de “frente pioneira”. De acordo com Houaiss (2000), pioneiro é: “1) que ou aquele que está entre os primeiros que penetram ou colonizam uma região, abrindo-a à ocupação; 2) que ou aquele que vai adiante, que anuncia algo de novo ou se antecipa a alguém ou a algo; precursor”. Partindo dessa conceituação, intitular os colonos sulistas de pioneiros passa a ser um jogo pelo poder simbólico que subverte a cronologia e encobre a precedência dos índios e caboclos no cenário histórico. Outro tema controverso, que deveria ser explanado com muita cautela, diz respeito às formas de apropriação das terras pelos colonos sulistas e das interações destes com os índios e caboclos. Feres aborda esse fenômeno com tal simplismo que pode suscitar dúvida até nos leitores distraídos.

¹¹ “Em 1943, toda a área foi integrada ao efêmero Território Federal do Iguaçu, criado por Getúlio Vargas em sua tentativa de ocupar efetivamente a chamada ‘faixa de fronteira’, através da colonização por ‘pioneiros’ recrutados no Rio Grande do Sul”. (FERES, 1990, p. 495).

A chegada do fluxo de migrantes vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina iniciou, ‘sem nenhum choque com os posseiros caboclos’, a fase de grandes mudanças integradoras da região. Com os migrantes estabeleceu-se o sistema de propriedade fixa da terra, através das compras de posses aos ‘caboclos, que recuavam, pacificamente, para outras áreas com as atividades que lhes eram próprias’. O fluxo migrante foi de tal maneira intenso que se pode afirmar a ocorrência de ‘um fenômeno de completa substituição de uma população por outra’. Assim, a chegada dos colonos representou não apenas uma mudança econômica, mas também étnica e cultural para a região. ‘Da população original restaram pouquíssimos agricultores caboclos’ (FERES, 1990, p. 496).

Se o autor especificasse o que entende por *choque* o leitor ficaria mais tranqüilo, pois choque não significa apenas enfrentamento armado. Os choques podem ocorrer no âmbito de visões de mundo, de concepções sociais, econômicas e culturais incompatíveis. Além do mais, os conflitos podem ser latentes (frios) e se manifestar em episódios isolados. Sugerir que esse maciço deslocamento de milhares de famílias sulistas para uma região ocupada, ainda que extensivamente, por populações indígenas e caboclas e que esta última tenha sido completamente substituída pelos “pioneiros” sem choques sociais e culturais é um discurso que reflete a concepção do grupo que se tornou hegemônico.

Certamente não houve, por parte de uma entidade étnica, uma resistência ostensiva que tenha marcado a memória social sudoestina. Por outro lado, o contato interétnico, o impacto psicológico, o estranhamento cultural, as adaptações e rearticulações sociais ou étnicas não foram problematizadas. A explicação para o “sumiço” dos caboclos, que avançavam para outros territórios na medida em que os colonos os alcançavam, é intrinsecamente insatisfatória. Se assim tivesse sido, em que matas estariam hoje? O que se evidencia nesse discurso é uma minimização e um flagrante desmerecimento dessa população ainda hoje facilmente identificável na paisagem urbana e rural do Sudoeste do Paraná.

Em relação ao desmatamento do Paraná provocado pela colonização eurobrasileira os autores que analisamos não demonstram preocupação. Pelo contrário, a perspectiva de que o “solo rico e fértil” deve ser despido da floresta que o encobre está onipresente na literatura

histórica sobre o Sudoeste Paranaense. Como mostra Roberto Gambini, já no período do Brasil Colônia a missão do colonizador era o combate à natureza:

A leitura das cartas (jesuíticas) revela que a natureza era e devia ser combatida sob o tríplice aspecto de floresta virgem, vida animal e população indígena. A urbanização e a predação sempre se encarregaram de roubar da mata cada vez mais espaço vital, transformando-a em espaço sem vida. A floresta amazônica é a última grande reserva verde do planeta, mas não por muito tempo. Nossa marca de nascença é o corte do pau-brasil, que continuamos simbolicamente derrubando até hoje. [...] Mas, o que hoje se chama ‘problema ecológico’ deve ser encarado, antes de mais nada, em seu aspecto psicológico, [...]. Os postulados da exploração econômica certamente são os causadores da devastação humana e ambiental, mas a postura antinatureza esteve presente desde o começo (GAMBINI, 2000, p. 107).

No Sudoeste do Paraná, o “pioneiro” cumpriu essa missão contra a natureza (sobretudo da floresta de araucárias, hoje praticamente extinta) e os grupos que nela “se escondem”, para gerar a riqueza, premissa tida como irrefutável e universal. Axiomas como a fertilidade do solo, produtividade, lucro e progresso legitimam qualquer forma de aniquilamento ecológico e antropológico (ecossistemas e alteridades étnicas)¹².

Outro axioma, inerente e vinculado aos acima referidos, é a terra enquanto propriedade privada, como mais um objeto - entre tantos outros - da economia de mercado. Os índios e caboclos sempre ocupavam “terras de ninguém”, pois não possuíam título de propriedade particular. A partir dessa máxima é negada a possibilidade do direito à terra a quem não a explora de acordo com o padrão mercadológico. Tais preceitos podem ser identificados nos primórdios da colonização ibérica da América e raramente são subvertidos pela epistemologia, de caráter predominantemente eurocêntrico. Numa instigante análise sobre terra e direito indígena, Clavero revela o suporte filosófico do direito da propriedade privada da terra:

¹² O site <<http://www.sosmatatlantica.org.br/index.php?section=atlas&action=atlas>>. Acesso em: 25 maio 2007, oferece um ótimo panorama da floresta que originalmente cobria o Sudoeste do Paraná, assim como da situação florestal atual.

A negação do direito do colonizado começa pela afirmação do direito do colonizador; é a negação de um direito coletivo por um direito individual; Locke no segundo *Treatise of Government*, elabora mais concretamente esse direito como direito de propriedade, como propriedade privada, por uma razão muito precisa. A propriedade, para ele, é fundamentalmente um direito de um indivíduo sobre si mesmo. É um princípio de disposição pessoal, de liberdade radical. E o direito de propriedade também pode sê-lo sobre essas coisas desde que resulte da própria disposição do indivíduo não apenas sobre si mesmo, mas sobre a própria natureza, ocupando-a e nela trabalhando. É o direito subjetivo, individual, que constitui, que deve assim constituir o direito objetivo, social. A ordem da sociedade terá de responder à faculdade do indivíduo. Não há direito legítimo fora dessa composição (CLAVERO apud LANDER, 2005, p. 27).

Sem dúvida é essa a lógica que impregna os clichês pseudocientíficos de “vazio demográfico”, “terra de ninguém”, “mata virgem”, “ocupação sorrateira”, etc. As terras ocupadas por índios e caboclos são vazias, na perspectiva jurídica, por não estarem povoadas por indivíduos que correspondam às exigências de ocupação e exploração da terra. Valores e práticas coletivas e consuetudinárias como o trabalho, o consumo e o usufruto do território não fundamentam direitos, na ótica constitucional do colonizador. Segundo Claveros, se não há produção para um mercado nem a ocupação efetiva serve para gerar direitos:

[...] outros usos não valem, essa parte da terra, esse continente da América, ainda que povoado, pode ser considerado desocupado, à disposição do primeiro colono que chegue e se estabeleça. O indígena que não se atenha a esses conceitos, a tal cultura, não tem nenhum direito (CLAVERO apud LANDER, 2005, p. 27).

Essa linha de pensamento não é um paradigma apenas dos autores que analisamos, mas permeia a maior parte da historiografia sobre o Paraná e o Brasil. Indígenas e posseiros não reúnem as condições para terem direito algum, nem privado nem público.

Diante desse quadro historiográfico, uma obra que traz certo alento e representa uma perspectiva mais etnológica diante do caboclo é a dissertação de mestrado de Ricardo Abramovay, defendida em 1981. Embora não tenha sido publicada, seu trabalho mimeografado aparece

como uma das obras mais consultadas da biblioteca da Unioeste/Francisco Beltrão. O autor discute o Sudoeste atento às transformações que se sucederam na região, ocupada extensivamente por caboclos, com a vinda de colonos dos estados sulistas. Nesse intento estabelece um comparativo entre esses dois modelos de ocupação da terra, circunscrevendo e confrontando as concepções de mundo e o *modus vivendi* dessas etnias.

Cabe esclarecer que Abramovay também não aborda os indígenas do Sudoeste, contemporâneos tanto dos caboclos quanto dos colonos da 1ª metade do século XX. A explicação, por certo, não é o desconhecimento, uma vez que ao longo das pesquisas de campo esse fenômeno deve ter se manifestado ao autor. Mesmo assim, dentre os autores que analisamos, Abramovay é quem melhor captou as concepções socioeconômicas dos caboclos e, por tabela, dos indígenas. Em certo sentido a obra de Abramovay é um tributo aos caboclos, pois consegue captar a concepção de vida opulenta que desfrutavam, na voz do próprio caboclo:

Eu tava em casa. Disse a patroa pra mim bem cedo. Ói, dá um jeito num sar, num tenho sar pra temperá a panela. Digo, eu não vou. Eu vou matar um tateto. Peguei um cachorro por nome Piri e outro nome Telo[#], e saí. Fui nos paio, matei quatro tateto e uma paca e curei uma abeia. Vortei rico pra casa – ou num vortei? Ma vortei memo. Quanto de carne? Um tateto dá vinte quilo de carne. Uma paca daquela grandona também. Uma abeia gorda quanto de mér dá? Pra os doce, serve de açúcar. Vortei rico porque o conforto da casa eu truche que tava precisando, como é que num vortei rico? (ABRAMOVAY, 1981, p. 26).

Na sequência Abramovay discorre sobre o universo mental (as concepções de riqueza), a abundância de recursos naturais, as técnicas de produção agrícola e as relações de troca de produtos estabelecidas com o mercado. Além do mais, estabelece ricas analogias com outros povos cultivadores de florestas.

[#] Os nomes dos cães são em geral mencionados nos relatos de caçadas. Lazier (s/d, p. 37) chega mesmo a mencionar compra de terra em que um cão de caça era usado como meio de pagamento. É claro que não se trata de compra da propriedade, mas da posse, do “direito”.

Algumas colocações estranhas, não obstante, estão em dessintonia com as proposições gerais. Logo na primeira página do primeiro capítulo o autor afirma: “Foram poucas as marcas que o território correspondente hoje ao Sudoeste Paranaense gravou na História antes da década de 1940” (ABRAMOVAY, 1981, p. 18). Na sequência, ao discutir a escassez de fontes para o estudo dos caboclos, o autor justifica que tal escassez se deve ao fato de esse grupo não haver constituído “civilização estável e duradoura que registrasse na paisagem marcas até hoje perceptíveis” (ABRAMOVAY, 1981, p. 18). Além da sua presença *in loco* que o próprio autor etnografou em suas saídas a campo, que marcas deveriam ter gravado? Qual seria o paradigma de civilização capaz de avaliar a defasagem civilizacional dos caboclos?

Em outro momento, falando das transformações étnicas decorrentes da colonização européia, Abramovay declara que:

O peso cultural e étnico de italianos, alemães e poloneses é esmagador. O caboclo esconde-se, anônimo, nas encostas das montanhas. Esta terra já não é mais a mata que lhe pertenceu. Seus novos habitantes despiram-na e fizeram do solo rico e fértil que ela cobria uma das regiões mais produtivas do Estado (ABRAMOVAY, 1981, p. 46-47).

Agora o caboclo deixa de ser sujeito ativo no enfrentamento da nova configuração etnogeográfica. A floresta já não se apresenta como um *habitat* opulento e um modo de vida, mas sim como um esconderijo. Apenas o solo é fértil, mas para gerar riqueza é necessário desembaraçá-lo da floresta. Há, portanto, duas concepções de riqueza, a do caboclo e a do colono, e basta comparar as duas citações acima para perceber que, ao longo do trabalho, sem mais explicações, uma se sobrepõe à outra.

É importante esclarecer que o estrago ocasionado por conta de posições epistemológicas eurocêntricas, nos trabalhos que analisamos, é variável de obra em obra. O trabalho de Abramovay ainda representa o que de mais interessante se produziu sobre as alteridades étnicas que antecederam os colonos eurobrasileiros; porém, via de regra, o modo de vida de índios e caboclos é nele apresentado numa perspectiva comparativa com os colonos sulistas para desembocar numa visão eurocêntrica e evolucionista. Finalizando, gostaríamos, mais uma vez, de exemplificar e confirmar essa visão com esse discurso de Westphalen, que afirma que no Sudoeste vivia

[...] uma população cabocla, rarefeita, **de modo precário, com miserável cultura de subsistência e sem a propriedade da terra** (grifo nosso) que ocupava, como posseira, praticando suas queimadas e marchando sempre adiante logo que via a terra esgotada, despreocupada mesmo pela sua legalização (WESTPHALEN *apud* ABRAMOVAY, 1981, p. 18).

A citação acima sintetiza o rol de preconceitos que permeiam a maior parte dos estudos sobre o modo de vida dos caboclos e indígenas contemporâneos à colonização eurobrasileira. Sua produção econômica, sua vestimenta, sua residência e sua concepção de propriedade (o desinteresse pela legalização da posse) são apresentadas como carências que com a colonização sulista foram suprimidas.

Esperamos ter cumprido nosso intento de demonstrar o caráter eurocêntrico e autoritário dessa produção acadêmica que fala, define e classifica os índios e caboclos a partir de uma escala de valores estranha a eles. Nesse sentido, os conhecimentos aqui apreciados prestam-se mais ao ocultamento, ao obscurecimento e à minimização da diversidade e das interações étnicas ocorridas no Sudoeste paranaense no século XX. Em outras palavras, as narrativas históricas que analisamos não conferem visibilidade e protagonismo aos grupos e tradições culturais que em muitos séculos precederam e foram contemporâneos à colonização eurobrasileira.

Nesse sentido, a análise dos discursos sobre a história do Sudoeste do Paraná confirma que a escrita da história não é uma tarefa neutra, e sim, um fazer que produz sentidos, que difunde valores, que cria e sedimenta imagens que, por sua vez, expressam visões de mundo e legitimam interesses de indivíduos e grupos sociais. Portanto, estamos de acordo com Eni Orlandi quando afirma que “os discursos estabelecem uma história. A história, em nossa perspectiva discursiva, não se define pela cronologia, nem por seus acidentes, nem é tampouco evolução, mas produção de sentidos” (ORLANDI, 1990, p. 14).

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformação na vida camponesa: o sudoeste paranaense*. 1981. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
- DEL PRIORE, Mary. Imagens da Terra Fêmea: a América e suas mulheres. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *América em tempos de conquista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- FERES, João Bosco. *Propriedade da terra: opressão e miséria - o meio rural na história social do Brasil*. Amsterdam: CEDLA, Latin America Studies, 1990.
- GAMBINI, Roberto. *Espelho índio: a formação da alma brasileira*. São Paulo: Axis Mundi/ Terceiro Nome, 2000.
- GREGORI, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário da língua portuguesa: dicionário eletrônico Houaiss*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Tradução Júlio César Casarin Barroso Silva. Buenos Aires: Clasco, 2005.
- LAZIER, Hermógenes. *Paraná: Terra de todas as gentes e de muita história*. Francisco Beltrão: Grafit, 2003.
- LAZIER, Hermógenes. *Análise histórica da posse de terra no sudoeste paranaense*. 3. ed. Francisco Beltrão: Grafit, 1998.
- LAZIER, Hermógenes. *Guairacá: herói paranaense e brasileiro*. *Jornal de Beltrão*, Francisco Beltrão, 18 de fev. de 2006.
- LAZIER, Hermógenes. *Francisco Beltrão: 25 anos de lutas, de trabalho e de progresso*. Francisco Beltrão: Editora Folha do Sudoeste Ltda, s/d.
- MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingang : a história épica dos índios Kaingang no Paraná, 1769-1924*. Maringá: EDUEM, 1994.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra à vista: Discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. *O Homem índio sobrevivente do sul: antropologia visual*. Florianópolis: UFSC, 1978.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. 7. ed. Curitiba: Editora e Gráfica Vicentina, 1995.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2. ed. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.